CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 786/93 - ap. Proc. DRE - Ribeirão Preto
Nº 4793/1700/93

INTERESSADO : Gabriel Adilson de Souza Nunes
ASSUNTO : Convalidação da matrícula do interessado
no CB-2 da EEPSPG "Cel. Joaquim da Cunha",
Altinópolis

RELATORA : Cons^a Elmara Lúcia de Oliveira
Bonini
Corauci

PARECER CEE Nº 354/94 - CEPG - APROVADO EM 15-06-9

CONSELHO PLENO 1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Em 02 de abril de 1993, o genitor do interessado solicitou à direção da EEPSPG "Cel. Joaquim da Cunha" de Altinópolis, autorização para matricular seu filho, no CB em Continuidade.

O requerente alegou que o filho está alfabetizado desde os quatro anos de idade e que os testes psicológicos revelaram que possui um "QI" acima da média, conforme laudo apresentado, o que justificaria o atendimento à sua pretensão.

O aluno completou sete anos de idade em 07-06-1993.

O genitor declarou, ainda, que é missionário e irá residir em Portugal, fato este que provocará a perda do ano letivo nesse País, em razão da diferença do calendário escolar existente entre os dois países.

A direção da EEPSPG "Cel. Joaquim da Cunha" encaminhou o pedido às instâncias competentes e permitiu ao aluno que, embora matriculado no CB 1, frequentasse o CB 2, com o objetivo de beneficiá-lo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 786/93

PARECER CEE Nº 354/94

Após cumprir os trâmites devidos, o pedido foi submetido a este Colegiado.

Nesse ínterim, o aluno foi aprovado no CB 2, com o direito de frequentar a 3ª série do ensino de 1º grau no corrente ano letivo.

Em 23-02-94, a Direção da EEPSG "Cel. Joaquim da Cunha" endereçou nova solicitação a este Conselho, no sentido de que fosse convalidada a matrícula do interessado no CB-2 do ensino de 1º grau, tendo em vista já tê-lo concluído.

1.2 APRECIÇÃO

A Lei nº 5.692/71 estabelece no seu art 18 que:

"o ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades".

A interpretação literal do dispositivo acima impossibilitaria o atendimento a pretensão do interessado. No entanto, a atividade hermenêutica exige a consideração de outros fatores, dentre os quais o critério da equidade e o sentido teleológico da Educação.

Conforme a informação da Sra. Diretora da EEPSG "Cel. Joaquim da Cunha", o interessado frequentou regularmente o CB-2 e alcançou a promoção para a etapa subsequente. Por outro lado, o Supervisor de Ensino manifestou-se pela convalidação da sua matrícula no CB-2,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE N9 786/93

PARECER CEE N° 354/94

ressaltando "que prejuízos poderiam advir da volta do aluno para classe de nível inferior". Também o Delegado de Ensino ratificou tal entendimento, "levando-se em conta que o educando tem perfeitas condições de frequentar a 3ª série do 1º grau, em 1994, bastando para a convalidação do Ato, parecer do CEE-SP".

As manifestações acima colacionadas evidenciam à sociedade que o interessado sofreria grave prejuízo com o não-atendimento da sua solicitação.

O disposto na Lei nº 5.692/71 não pode constituir uma barreira intransponível, carecendo de uma interpretação flexível, benéfica e adaptada ao caso concreto. Nisso reside a equidade.

Nesse sentido é que esta Conselheira, levando em consideração as peculiaridades deste caso e a necessidade de reconhecer o bom desempenho obtido pelo interessado no CB-2, entende ser possível o deferimento do pleito, endereçado a este Colegiado.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, em caráter excepcional, somos pela convalidação da matrícula do aluno Gabriel Adilson de Souza Nunes, no CB-2 da EEPSG "Cel. Joaquim da Cunha" de Altinópolis, com direito a cursar regularmente a 3ª série do 1º grau em 1994.

São Paulo, 11 de maio de 1994.

a) Cons^a Elmara Lúcia de Oliveira Bonini Corauci
Relatora

PROCESSO CEE Nº 786/93

PARECER CEE Nº 354/94

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Agnelo José de Castro Moura, Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano, João Gualberto de Carvalho Meneses e Francês Guiomar Rava Alves.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 18 de maio de 1994.

**a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
No exercício da Presidência da CEPG**

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 15 de junho de 1994.

**a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente**